

Mercados de crédito e camadas de relacionamentos em uma rota mercantil: Viamão-Curitiba-Sorocaba, 1780-1810

Tiago Luís Gil

Resumo:

O objetivo deste trabalho é compreender a forma como os recursos circulavam, através do crédito, permitindo a realização dos negócios com animais no chamado “Caminho das Tropas”, entre Viamão e Sorocaba no final do século XVIII e início do XIX. Tendo como referencial as análises de redes sociais, proponho que a compreensão dos fluxos de crédito neste caso deve tomar em conta as diferentes camadas de relacionamentos, ou seja, os diferentes grupos formados pelos agentes econômicos que, com densidades variadas, se constituíam no principal “capital social” que um sujeito poderia dispor. Em termos práticos, estou pensando na forma como os agentes poderiam dispor de sua família, de sua comunidade ou de seus contatos mais amplos, através de estratégias diferenciadas, para obter sucesso em seus empreendimentos. Para tanto, utilizarei fontes diversas, na tentativa de rastrear o comportamento social.

Palavras-chave: crédito, redes sociais, economia colonial

Começamos com uma interessante constatação: analisando as dívidas de inventários post-mortem de Sorocaba (entre 1780 e 1800) é possível verificar que as poucas dívidas que fazem referência a credores/devedores de outras localidades se referem, na grande maioria, a povoados bastante próximos daquela vila, como São Roque, Itu e Porto Feliz, assim como à cidade de São Paulo. O mesmo fenômeno pode ser visto na Porto Alegre da época, quando os principais interlocutores do crédito daquela freguesia parecem estar todos na mesma localidade, com poucas exceções, a maioria localizada em lugares próximos, como Rio Pardo, Patrulha, Cima da Serra, Rio Grande e Triunfo. Isso sugere uma forte endogenia geográfica na escolha de credores e devedores. Melhor dizendo, o estoque de credores tinha grande correlação com o estoque de devedores na mesma localidade, as necessidades locais eram equiparáveis. Observando apenas os débitos e créditos exteriores às comunidades, há uma forte tendência para que o fator geográfico exerça alguma influência, mas matizada pela demografia. Uma cidade como São Paulo oferecia mais recursos, mais crédito, à vila de Sorocaba que a vizinha Parnaíba.

Isso nos faz pensar em dois problemas importantes para se compreender aquela economia: 1) a endogenia geográfica que se observa é produzida por aquilo que denomino “mercado relacional”, semelhante ao matrimonial, mas que abrange outros tipos de relações, inclusive de crédito. As diferentes demandas (de débito e crédito) se completam na comunidade; 2) a mesma restrição geográfica, matizada pelas distintas concentrações populacionais no espaço

da América lusa, nos faz pensar em comunidades onde a convivência, a vizinhança, a família e a amizade, assim como os conflitos, tem um peso extraordinário no acesso ao crédito. Se os dados acima nos sugerem que há uma densidade local que garante o suprimento de crédito até certo ponto, eles não nos falam sobre os conflitos locais e sobre as rupturas existentes em cada comunidade. Um cenário hipotético onde todos os habitantes de uma comunidade se conhecessem (o que não está muito longe de acontecer, ao menos entre as famílias) não significaria que todos confiassem em todos. Pelo contrário. Como indica Burt em seus trabalhos, há uma série de complicadores próprios de redes densas que impedem, em muitos casos, a criação de confiança ou sua manutenção.¹

Bacellar nos lembra dos conflitos entre grupos familiares antigos em São Paulo.² Se a densidade local contribui no contato e criação de confiança, ela também é capaz de gerar conflitos, resolvê-los ou agravá-los. Acredito que muitos escravos puderam aceder à algumas formas de crédito se valendo de contatos e relações construídas no seu dia-a-dia, com alguns daqueles que fizeram suas pequenas dívidas em Porto Alegre e Sorocaba. Os espaços de interação e de conversação, como bem salientou Maria Sylvia de Carvalho Franco, eram importantes no mundo escravista, mas, como bem salienta a mesma autora, eram também espaços de violência, inclusive de violência entre iguais.³ Logo, resta saber exatamente como se davam as articulações dentro das comunidades, até que ponto incorporavam forasteiros e de que modo se reproduziam.

A pista para começar está no número de dívidas que estão nos inventários e nas escrituras. É claro que há grande sub-registro, assim como a produção dos inventários não é representativa da quantidade de habitantes, incluindo apenas aqueles credores e devedores que mantiveram negócios com gente falecida e inventariada durante o período que estamos estudando. Mas é o que temos. Somando as dívidas de inventários e escrituras em Porto Alegre, Curitiba e Sorocaba que utilizamos neste trabalho, temos um total de 2674 dívidas, manipuladas por 2291 agentes, entre credores e devedores (muitos estão nas duas posições). Em Porto Alegre, com uma população que variou entre 1512 habitantes (em 1780) e 3268 (em 1798), temos um total de 974 dívidas de inventário, manipuladas por 832 agentes ao longo de todo este período, sendo que alguns eram de fora da localidade. Em Sorocaba o problema era análogo: as 1422

¹ BURT, Ronald, "Bandwidth and Echo: trust, information, and gossip in social networks," in *Networks and Markets: contributions from Economics and Sociology*, ed. CASSELLA, Alessandra & RAUCH, James (New York: Russel Sage Foundation, 2001). Burt discute o conceito de "densidade relacional", que diz respeito à relacionamentos com vínculos fortes e contatos freqüentes, em oposição às redes amplas.

² BACELLAR, Carlos de Almeida Prado, *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho no oeste paulista, 1765-1855* (Campinas: CMU/UNICAMP, 1997).

³ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho, *Homens livres na ordem escravocrata* (São Paulo: Unesp, 1997).

dívidas de inventários entre 1780 e 1799 foram realizadas por 1086 pessoas, enquanto a população local variou entre 6815 (em 1780) e 7177 (em 1798). Ou seja, em ambos os casos, há uma grande concentração das operações de crédito dentro de um grupo reduzido, atuando como credores e devedores.

Mas este grupo podia ser ainda mais seletivo. Tanto em Porto Alegre como em Sorocaba, 77% dos agentes do crédito (credores e/ou devedores) participaram de uma única transação. Em cada uma das duas localidades, 13% dos agentes do crédito participaram de duas transações e entre 3% (Porto Alegre) e 4% (Sorocaba) participaram de três operações. Temos assim um pequeno grupo de 6% a 7% dos agentes do crédito que participaram de diversas operações. Em Sorocaba, no inventário de Paulino Aires de Aguirre se contavam 431 operações e no de Andreza de Almeida Pacheco, 292. Em Porto Alegre, no inventário de José dos Santos Loureiro se contavam 272 dívidas ativas e passivas, e 141 no de José Alves Veludo. E todos os quatro eram negociantes de loja, o que os colocava numa posição central no mercado de crédito.

Com isso **não quero concluir que eles controlavam o crédito em suas localidades**, conclusão já apontada por diversos outros autores. O que quero salientar é que tanto estes quatro negociantes como outros tantos que faziam parte daquela pequena fração formavam uma corrente de débitos e créditos que fez, historicamente, os recursos circularem naquelas localidades. Na verdade, a maior parte destes agentes estava em ambas as posições, credor e devedor, mas em diferentes momentos de suas vidas. Em certas épocas se destacavam outorgando e em outras, recebendo. Os ativos e passivos que pude encontrar nos inventários e nas escrituras permitem visualizar um mercado de crédito muito particular, manipulado por um pequeno grupo que fazia os recursos circularem entre si ao longo dos anos, uma dança das cadeiras da liquidez, e era isso o que permitia àquelas localidades relativamente pobres e com pouco numerário manterem sua economia em funcionamento.

Começamos a ver isso mais de perto. Em 1796, na Capela do Tamanduá, o Capitão Manuel Gonçalves Guimarães concedia a 250\$000 para o Capitão José Joaquim Mariano da Silva Cesar, a pedido do Doutor José Joaquim de Oliveira Cardoso. Estes recursos eram para o custeio de uma tropa de animais que César conduzia.⁴ Em meados de 1802, o filho de Manuel Gonçalves Guimarães, o Alferes Joaquim Gonçalves Guimarães, tomava 496\$196 de diversas pessoas através do Cofre dos Órfãos, instituição que reunia os ativos de órfãos e os administrava, inclusive emprestando numerário. No final daquele mesmo ano, Joaquim registrava em cartório

⁴ BN-II-35,25,03-004

uma venda fiada a José de Lima Pacheco, no valor de 451\$340, tudo em fazenda seca, provavelmente comprada com os recursos obtidos junto ao cofre e agora vendida para um terceiro.⁵

Os Gonçalves Guimarães eram uma família importante em Curitiba e ocuparam ao longo de poucos anos diferentes posições no mercado de crédito, ora como credor, ora como devedor, e sempre de valores expressivos. Vejamos o trajeto dos recursos: da mão de Manuel, os recursos foram para o Capitão Cesar, que gastou ao longo do caminho em produtos para manter os animais. Depois, da mão de diversos órfãos os recursos se concentraram na de Joaquim Gonçalves, que repassou o crédito para Lima Pacheco. Importante: Joaquim pagava juros ao longo de todo o tempo que fez os empréstimos ao Cofre. Enquanto isso havia oferecido a Lima Pacheco um prazo para pagamento sem juros. E não para por aí. Lima Pacheco havia falecido entre a compra e o registro em Cartório de sua dívida. Provavelmente Joaquim registrou o crédito pois temia ser esquecido pelos inventariantes. Lima Pacheco não morreu pobre. Ainda em 1802 o Cofre dos Órfãos emprestava 100\$000 pertencentes à Maria, sua herdeira e em 1808, mais 126\$200. Uma destas quantias, a de 1802, foi para João da Silva Pereira, que em 1806 passava em Curitiba com sua tropa, talvez montada com recursos que fizeram tão longo caminho.

João Pereira Chaves, de Porto Alegre, devia muito dinheiro, quando do inventário de sua esposa, Gertrudes de Lima, em 1777. Entre seus credores, estavam alguns negociantes de peso na localidade, como José Guedes Luis, assim como gente do Rio de Janeiro, como José Rodrigues Ferreira, e criadores de animais da região, como Francisco José Martins. Somente para estes, ele devia 7:660\$800. Por outro lado, ele era credor de alguns dos mais poderosos homens do Continente do Rio Grande, tais como o Coronel Rafael Pinto Bandeira, o negociante e Capitão Manuel Fernandes Vieira, o Capitão Domingos de Lima Veiga e o Capitão-mor Manuel Bento da Rocha. Não posso dizer quando tais dívidas foram feitas, nem em que ordem. Mas de algum modo Pereira Chaves fez circular uma grande quantidade de recursos entre nomes poderosos na região e fora dela. José Guedes Luis, um dos credores de Pereira Chaves, surgiu, quatro anos depois como devedor, no inventário de Eufrásia Maria da Conceição, esposa do Tenente Manuel Alves de Carvalho. O tenente, por sua vez, fora devedor de Francisco Xavier de Azambuja em 1769, que nesta ocasião era também credor de Rafael Pinto Bandeira e devia à Ventura Pereira Maciel e ao Padre Tomas Clarke. Não nos afastemos muito do Tenente Carvalho. Naquele mesmo ano de 1781, quando do inventário de sua consorte, ele era credor de

⁵ 1TABCUR-027-090; 1TABCUR-027-071; 1TABCUR-027-072; 1TABCUR-027-073; 1TABCUR-027-074.

boas quantias a diversas pessoas, entre as quais, João José Cherem, morador no Rio de Janeiro, Belquior de Arantes, da Vila de Lages e do tropeiro José da Silva, cuja dívida estava na mão de Paulino Aires de Aguirre, para ser cobrada. Entre estes também estava o Guarda-mor de Sorocaba, João de Almeida Leite, com quem pegamos uma carona para aquela vila.

O Guarda-mor Almeida Leite devia para Manuel Alves de Carvalho em 1781, mas era credor de Antonio Bicudo de Almeida quando este último foi inventariado, em 1791. Bicudo devia para muitas pessoas, mas era credor de outras tantas. Entre seus credores estavam o Capitão-mor Cláudio de Madureira Calheiros e Vicente José de Camargo. Entre os devedores, estava Anacleto de Souza Coutinho, que também devia para Paulino Aires de Aguirre e Andreza de Almeida Pacheco, assim como o Sargento-mor Francisco Ribeiro de Moraes, que era também devedor de Ana Maria de Anhaia, esposa de Antonio Leme Cavalheiro. Anhaia e Leme Cavalheiro, por seu turno, eram credores e devedores (simultaneamente) do Capitão-mor Calheiros, que fora credor de Salvador de Almeida Lara. Lara também devia para Antonio de Godoi Diniz que também devia para o Capitão-mor. Godoi Diniz também devia para Salvador de Oliveira Leme, que devia para seu genro, Paulino Aires de Aguirre, e era credor de Antonio Leme Cavalheiro.

Acabamos de verificar algumas cadeias de crédito que se estendiam pelo caminho das tropas, mas que se concentravam nas localidades. Mais interessante, contudo, é o fato de que na maior parte dos casos, a obtenção de recursos **não significa acumulação, mas circulação**. Um sujeito obter recursos e tempos depois acaba repassando aqueles importes. Isso tudo me faz chamar a atenção para dois problemas que quero aqui discutir: 1) a volatilidade dos recursos, sua rápida circulação, que faz com que não permaneçam entesourados; 2) a existência de diferentes camadas de densidade relacional, o que faz os recursos circularem com ritmos e modos diversos ao longo da rota. Começamos abordando o segundo ponto. Vimos que a parcela da população que atua no crédito em Porto Alegre e Sorocaba é pequena tendo em conta o número de habitantes das duas localidades. Acresce o fato de que parte daqueles agentes do crédito eram de fora das localidades. Para Curitiba temos as escrituras, que tendem a provocar uma imagem ainda mais elitista. Os exemplos que apresentamos acima nos sugerem que há, dentro da população que atua no crédito, um grupo ainda menor que é composto de sujeitos relacionados entre si.

Temos, assim, diversas “camadas” de relações: uma primeira, que através de alguns agentes específicos une os pontos do caminho das tropas; uma segunda, dentro das localidades,

composta pelas inter-relações dos habitantes, do convívio diário, que não é responsável pela maior parte dos negócios mas que pode garantir, ao menos, algumas compras fiadas; uma terceira, dentro da anterior, formada pelos agentes mais atuantes dos negócios de crédito nas localidades; uma quarta e última, que reúne os grandes credores e devedores, sujeitos que realizam diversas operações ao longo dos anos e que interligam universos existentes dentro das mesmas localidades. Esta mesma elite dos relacionamentos e negócios é responsável pela interligação dos pontos do caminho, ou seja, são os mesmos agentes que ligam as localidades. E é por isso que Manuel Alves de Carvalho, sujeito central na teia de créditos e dívidas de Porto Alegre, tinha passado uma dívida para que Paulino Aires de Aguirre cobrasse um tropeiro.

Algumas redes densas poderiam sobrepor-se, mas em **escalas diferentes**. A localidade de Viamão era perpassada pelo caminho das tropas de animais, que no século XVIII abastecia de gado eqüino, bovino e muar a feira de Sorocaba. Tal rota pode ser igualmente entendida como uma rede densa, na medida em que a maior parte dos tropeiros sabia dos negócios dos outros. A documentação privativa dos Registros de Curitiba e Sorocaba apresenta uma diversidade de evidências neste sentido. Como unidades arrecadoras de impostos, os Registros mantinham um sistema de controle e cobrança dos devedores, já que a grande maioria dos tropeiros não pagava o imposto da passagem dos gados à vista. O próprio sistema de controle desenvolvido pelo Registro era baseado na “conversa” e busca “relacional” de informações. Por outro lado, dentro desta rede densa das tropas, havia redes mais densas ainda, dentro das comunidades, resultantes do contato diário das pessoas, dos vínculos de parentesco, vizinhança e amizade.

Vejam os comportamentos de um grupo, a família de Paulino Aires de Aguirre. Ele era genro de Salvador de Oliveira Leme, importante figura na comunidade. Na década de 1780, Paulino fazia sociedade com José Vaz de Carvalho e Francisco Rodrigues de Macedo e, juntos, arrematavam o Contrato dos Dízimos da Capitania de São Paulo, no valor de 61:100\$000. No mesmo ano, Paulino arrematava também os Meios Direitos de Curitiba, no valor de 31:220\$000, os direitos do Registro das Canoas, no valor de 1:000\$000, os direitos da Passagem do Rio Curitiba, avaliado em 260\$000 e os direitos da Entrada das Minas, de 250\$000, mas, neste últimos, em sociedade com Manuel de Oliveira Cardoso.⁶

Quem eram os sócios de Paulino? José Vaz de Carvalho vinha de Portugal, do Aveiro, formado pela Universidade de Coimbra, chegando em São Paulo em 1774 onde logo se

⁶ AHU. SPMG. 3136.

casou com a filha de um importante mercador local, também de origem lusa, Manuel de Macedo, que já havia falecido, e de Escolástica Maria de Matos, unindo-se, assim, a um importante grupo de negociantes de São Paulo. Em 1786, junto com Paulino, arremata os Dízimos, onde vão permanecer por muitos anos.⁷ Em 1798, não sei se antes ou depois da morte de Paulino, Carvalho, juntamente com novos sócios, José Arouche de Toledo Rendon, Luis Antonio de Souza e José Manuel de Sá, fazem novo lance que eleva o valor dos Dízimos de 61:100\$000 para 89:200\$000, vencendo, assim a disputa com negociantes reinóis que tinham interesse neste estanco. Em 1806 ele escreveu à Sua Majestade pedindo remuneração por seus serviços, argumentando, entre tantas realizações, o fato de que “*tem o suplicante tratado-se a lei da nobreza como honrado cidadão e compreendido na mercê de Fidalgo, cavaleiro que concedeu o Augustíssimo Senhor Dom João V [...] aos que na dita Cidade de São Paulo servissem de Juizes Ordinários e vereadores.*”⁸

O outro sócio, Manuel de Oliveira Cardoso, era Capitão-mor de São Paulo. Manuel já era arrematador dos direitos do Novo Registro de Lages.⁹ Em 1786, participa de todos aqueles rendimentos junto com Paulino e, paralelamente, é o procurador de Conselheiro Ultramarino Corte Real para a administração dos Meios Direitos da Casa Doadada. Seu filho natural, José Joaquim de Oliveira Cardoso, se tornaria Desembargador em São Paulo, anos depois.¹⁰ Mesmo com a morte de Manuel de Oliveira Cardoso, em meados da década de 1790, Paulino vai seguir atuando nas arrematações ao lado de José Vaz de Carvalho, de Francisco José de Sampaio Peixoto e de Manuel da Silva Reis, Capitão-mor de Guaratinguetá.¹¹ Em 1797, o quarteto arremata os *Novos Impostos de São Paulo e todas as vilas*, no valor de 18 contos de réis, além dos Meios Direitos de Curitiba, no valor de 34 contos.¹²

Paulino fez também diversos negócios dentro de seu núcleo familiar, especialmente com seu sogro e seu genro, Antonio Francisco de Aguiar, que lhe sucedeu na administração dos direitos de Sorocaba. Da mesma forma, seus sócios também alternaram entre o local e o regional: José Vaz de Carvalho atuava junto com Sampaio Peixoto, que acabou se integrando a sua família ao se casar com sua filha. Além disso, logo que chegou à capital, Carvalho logo se integrou a um denso grupo de negociantes daquela localidade. Também Manuel de Oliveira Cardoso articulava

⁷ ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros, *José Vaz de Carvalho, contratador da capitania de São Paulo*. Simpósio de Pós-graduação em História Econômica. 2008.

⁸ AHU. SP (avulsos) 1223.

⁹ AHU. SPMG. 2975

¹⁰ AHU. SPMG. 3159. Manuel reconhece oficialmente seu filho em 1784 e indica ter pago os estudos no Rio de Janeiro e em Coimbra.

¹¹ AHU. SPMG. 3316

¹² AHU. SPMG. 3477

negócios dentro da família simultaneamente a empreendimentos com não familiares e pessoas de outros espaços. Ele era procurador de Tomé da Costa Corte Real, em Lisboa, senhor da *Casa Doada*. E para dar conta desta administração, da qual estava encarregado, se valia de seu sobrinho Francisco de Paula Teixeira.¹³

Por seu turno, o Capitão-mor de Guaratinguetá, Manuel da Silva Reis, também foi arrematador dos direitos do Rio Paraíba,¹⁴ junto com José Dias dos Santos, vereador e Capitão de Milícias em Lorena, vila vizinha da qual o próprio Silva Reis fora Capitão-mor, em caráter excepcional, e na qual mantinha interesses.¹⁵ Silva Reis atuou em concordância com as Câmaras de Lorena e Guaratinguetá, além de ter o apoio do governador e de outros membros da elite local, tudo em função dos abusos atribuídos ao Sargento-mor de Lorena, Antonio Lopes de Lavre. Importa ressaltar, ainda que José Vaz de Carvalho e Manuel da Silva Reis eram vizinhos, em fazendas que tinham em Guaratinguetá,¹⁶ além de sócios. Este último elemento, somado aos interesses conflitantes de Calheiros e Aires de Aguirre em Sorocaba, me fazem lembrar outro elemento importante que limita a ação dos sujeitos que estamos observando, os conflitos locais intra-elites. Segundo Bacellar, *Famílias estabelecidas na mesma vila excluíam-se mutuamente, e seus filhos não se casavam entre si. [...] rixas políticas e econômicas locais promoviam a aproximação ou o afastamento de famílias.*¹⁷ Estes conflitos certamente entravam no jogo e complicavam a agência daqueles homens e mulheres, podendo exigir alternativas fora da localidade para as necessidades de relacionamentos das famílias.

A rede da qual Paulino Aires de Aguirre fazia parte funcionou eficientemente entre o início dos anos 1780 e os anos 1800 pelo menos. Mas ele faleceu em 1798, sem que isso tenha comprometido os alinhamentos entre os demais aliados. Paralela à rede de Paulino, nos anos 1790, havia outra, que de algum modo se inseria naquela, a de Antonio Francisco de Aguiar. Aguiar era genro de Paulino e membro relevante dentro do arranjo familiar. Após a morte de Paulino, a família não perde a totalidade de seus vínculos, mas os investimentos relacionais sofrem alguma alteração. A família perde, parcialmente, a proximidade com o núcleo de sócios que participava ativamente das arrematações, mas direciona seu foco para uma política de relações muito mais vasta. Sendo administrador do Registro de Sorocaba, ele devia regularmente enviar barras de ouro e prata, além de dinheiro de contado, para São Paulo, tarefa para a qual não dispunha de ajudantes. Um grupo que somou cerca de vinte pessoas, ajudava na

¹³ BN-35,25,25-27; BN-35,25,17; BN-35,25,03.

¹⁴ AHU. SPMG. 3136

¹⁵ AHU. SPMG. 3316

¹⁶ AHU. SPMG. 3011

¹⁷ BACELLAR, *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho no oeste paulista, 1765-1855*, 90.

administração do Registro, sem receber nenhuma remuneração. Era um seletto grupo que contava com a total confiança de Aguiar, e que era encarregado de levar os ricos malotes de Sorocaba para São Paulo, de onde partiriam para Santos e daí para Lisboa. É com base nestes sujeitos que farei a análise da rede de Antonio Francisco. É certo que é um procedimento muito diverso daquele que utilizei para observar as relações de Paulino, mas em ambos os casos, é o material que disponho e com ele se pode fazer muita coisa.

Este pequeno grupo de “portadores” voluntários vinculados a Antonio Francisco de Aguiar era uma fração bastante prestigiosa. O maior portador era o Padre Manuel Caetano, filho do Capitão Francisco Luis de Oliveira, que havia sido vereador em Curitiba em 1780. O segundo maior emissário de valores de Antonio Francisco, em termos monetários, foi seu cunhado, o Capitão-mor de Sorocaba, Salvador de Oliveira Aires. O terceiro colocado, também em termos monetários, José Fernandes Nunes, era vereador em São Paulo em 1797, além de ser Tenente-Coronel. Do quarto, Antonio de Godoi Diniz, sei que era *mercador de loja*, no que tinha ganho, em 1801, cerca de 1 conto de réis e possuía doze cativos. Do quinto, Américo Antonio Aires, já era Capitão de Milícias havia alguns anos quando fez sua primeira remessa de valores a pedido de Aguiar, além de ser seu parente próximo. Dentre os demais estavam o Capitão Bento José Leite Penteadado, o compadre e Coronel Francisco Xavier dos Santos, o Coronel Bento Manuel de Almeida Pais, o sogro e Tenente-Coronel Paulino Aires de Aguirre, o Capitão Domingos Inácio de Araújo, o Cirurgião-Mor Manuel Magalhães dos Santos Rego, o vereador em São Paulo, João Lopes França e o Alferes José Correia de Toledo.

Destaca-se neste seletto grupo, que gozava da mais alta confiança do administrador Aguiar, uma preferência pelos vínculos de parentesco. Mas o que é mais saliente é o elevado nível hierárquico dos homens confiáveis de Aguiar, a grande maioria deles com altos postos militares e quase sempre lideranças locais. Note-se que o critério para a seleção deste grupo, feito por Aguiar e por mim adotado, era de pessoas confiáveis e aptas para conduzir valores de Sorocaba para São Paulo, ou seja, além de reputadas aos olhos de Paulino, deveriam ter, casualmente, uma viagem programada para a capital, mais ou menos no momento em que Aguiar tivesse dinheiro em caixa. Isso deve conduzir a uma grande concentração de sorocabanos e paulistanos nesta seleção, como de fato acontece. Ainda assim, pudemos identificar um vínculo que chegava até Curitiba, através do padre Manuel Caetano e seu pai. Afora isso havia o Capitão-Mor de Itapetininga, seu aparentado, além de José de Andrade, que era amigo de Aguiar e capitão em Taubaté.

Ainda estamos no campo de visão mais restrito de Antonio Francisco de Aguiar. Se ampliarmos um pouco a análise da rede, veremos que ela atinge diversas localidades bem distribuídas geograficamente, chegando com força à Itapetininga, Curitiba e Taubaté. Domingos Inácio de Araújo, por exemplo, era o procurador de Manuel Gonçalves Guimarães, que era tenente-coronel naquela praça. Para além das relações de Aguiar, havia a própria unidade arrecadadora de Curitiba, onde Manuel José Correia da Cunha fazia seu trabalho e criava suas relações. Em Santos havia, igualmente, parte do aparato da Casa Doadada, representado pelo irmão de Antonio Manuel Fernandes da Silva, Luis Pereira Machado. Mas antes de nos determos nestes contatos, vejamos um pouco mais a projeção espacial e demográfica da rede de Aguiar.

Devemos considerar que cada um daqueles personagens, secundários na rede de Aguiar, tinha por sua vez suas próprias redes, de diferentes densidades, em diferentes localidades. Se medirmos o impacto demográfico, apenas com estes vínculos com as elites locais destas localidades ele teria condições de atingir indiretamente um contingente populacional enorme em um espaço bastante estendido. Esse impacto se amplia se considerarmos o peso dos capitães nas diversas regiões onde atuavam, seus recursos locais, suas parentelas, escravarias e relações. O leque de relações de Aguiar se amplia apenas se considerarmos pontualmente algumas de suas relações. Importante negociante da capital, José Vaz de Carvalho tinha negócios em Taubaté e Curitiba, além de outras localidades do interior. Era arrematador dos meios direitos de Curitiba, dos direitos do Registro de Cima da Serra e dos “novos impostos” de toda a Capitania de São Paulo.

Some-se a isso a própria circulação no Registro de Sorocaba, onde Antonio Francisco tomava contato com diversos tropeiros, podendo criar ou reforçar laços pretéritos ou apenas tomar informações. Entre os tropeiros, encontramos diversos que ocupavam postos de poder local em diversas comunidades da Capitania de São Paulo. Antonio Ribeiro de Andrade era oficial da Câmara de Curitiba e Capitão-mor da Freguesia de São José, na mesma vila. Também fora vereador em Curitiba Estevão José Ferreira e Manuel Soares do Vale. Eleutério da Silva Prado fora vereador em Jundiá, assim como Francisco Martins do Monte e José Mariano de Oliveira. Veríssimo José Gomes fora vereador em Paranaguá, além de pertencer ao Regimento de Cavalaria de Curitiba. José Carneiro Lobo era da Câmara de Castro onde sua família tinha grande importância. Antonio da Cunha Fortes era Oficial da Câmara de Pindamonhangaba e na mesma instituição, em Mogimirim, estiveram Joaquim de Morais Bueno e Demétrio José de Macedo. Em Lages, Antonio José Pereira era Juiz presidente da Câmara e alferes da Cavalaria Miliciana local.

Observando os negócios e o raio de alcance de Antonio Francisco de Aguiar e seus parceiros do Registro, não apenas da administração da mesma unidade arrecadadora, mas das próprias *oikonomias* de seus membros (já que, como vimos, estas coisas se confundiam) percebemos que há certa circunscrição espacial, um limite geográfico não muito claro. Na medida em que saímos da zona formada por São Paulo, Sorocaba, Jundiaí, Santos e Curitiba, a presença daqueles administradores vai se diluindo. Em direção ao sul, por exemplo, já em Lages anda apagada para escurecer-se ainda mais nos Campos de Cima da Serra e finalmente se apagar em Viamão, onde tinham pouco alcance. Mesmo em Curitiba o brilho não era o mesmo que em Sorocaba e São Paulo. Para o norte, pouca força dispunham nas Minas e mesmo no Rio de Janeiro. Em termos locais era uma elite importante e densa, mas sem um alcance muito maior. De qualquer maneira, o espaço de atuação de Aguiar era imenso, e particularmente privilegiado para poder, entre outras coisas, monitorar tropeiros e cobrá-los.

Justamente nestes laços intra-elites regionais estava um dos pontos chave na reprodução das próprias elites. Além do fato óbvio de que elas se reconheciam mutuamente, eram estas alianças que favoreciam a aquisição de informação e permitiam um maior controle social, o que contribuía para a manutenção daquela ordem. Neste sentido, as elites regionais atuavam na mediação (*brokerage*) dos contatos inter-regionais e garantiam assim uma recepção privilegiada daqueles recursos advindos do controle da informação. Eram eles que alinhavavam os pequenos retalhos da grande colcha que me parecem ser os territórios do sul da América. É claro que a informação e o controle social também estavam, digamos, disponíveis para os estratos mais baixos daquela sociedade, mas num nível muito local. Podemos ainda avançar nesta hipótese e argumentar que este mesmo panorama se dava em uma escala menor, dentro das próprias localidades, intra-bairros, o que permitia a saliência de outros “mediadores”, menores, mas igualmente importantes no conjunto social. Tais relações se constituíam nos principais recursos daqueles homens e mulheres.

Este modelo, estaticamente descrito, não era nem um pouco estático. Ele permitia uma concentração de poder crescente. Da maneira como descrevemos, com as elites locais estabelecidas e tendo prioridade nos contatos com as demais, tal parece iniciar-se nas no último quartel do XVIII. Antes disso não percebemos, especialmente no Rio Grande, uma consolidação visível dos arranjos de poder local, dinamizados durante e após as guerras de reconquista. Da mesma forma, os mesmos conflitos favoreceram grupos na Capitania de São Paulo, como o próprio Antonio Francisco de Aguiar e sua família. O comércio dos mares reforçou este cenário, permitindo a comunicação e o enriquecimento. Uma evidência maior disso é a herança

deixada por aquelas elites do final do XVIII ao século seguinte: o Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, neto de Antonio Francisco, seria uma das maiores lideranças em São Paulo no XIX, representando Itu nas Cortes de Lisboa e governando a Província, logo após a independência. No Rio Grande, igualmente, a herança dos Pinto Bandeira foi a que se consolidou nas décadas seguintes, através de seu primo Manuel Marques de Souza, e que permaneceu, em boa medida, ao longo do século.

Os grandes devedores não estavam socialmente abaixo dos grandes credores, pelo contrário. Não apenas pelos qualificativos que ostentavam, mas por sua agência e *performance* dentro da sociedade local, os devedores estavam entre os mais poderosos agentes de suas localidades, comandando escravos e soldados, ocupando diversas propriedades, concentrando relacionamentos e fazendo circular um grande volume de recursos. Darei atenção, agora, à forma e à velocidade com que estes sujeitos faziam circular os recursos. Para tanto, é conveniente tentar compreender que mercados existem nesta sociedade. Diversos antropólogos já salientaram a forma como certas sociedades classificam diferentemente certos tipos de troca, as comerciais vulgares daquelas consideradas nobres (o *kula*, por exemplo), as dádivas comuns e as agonísticas (como o *potlatch*), assim como as oferendas destinadas para os seres sobrenaturais.¹⁸ Ao classificar estas formas de circulação, é preciso, contudo, lembrar que aquelas pessoas organizavam o mundo de um modo muito diverso do nosso.

Ao observar as coisas que eram trocadas no recorte que estamos observando, podemos apontar diferentes qualidades de mercados, classificados de modo diversos por serem considerados diferentes entre si, segundo as definições êmicas. O dote, por exemplo, é uma troca onde se dá uma filha (sem aliená-la, ela segue sendo filha) e certa quantidade de recursos em troca de um genro, objeto precioso na política doméstica e local, candidato ao posto de chefe do grupo familiar. As oferendas feitas ao sobrenatural, geralmente feitas nos testamentos, na forma de missas, eram igualmente uma forma de fazer circular os bens em troca de salvação e prestígio familiar. Neste mesmo sentido, a caridade também era uma forma de circulação de bens que previa a salvação como contra-dádiva, um investimento a longo prazo. Isso tudo sem falar das heranças e da compra e venda, considerando a variedade de formas que estas poderiam ter. Da mesma forma, o mercado de crédito fazia os recursos circularem entre aqueles homens e mulheres.

¹⁸ Podemos citar os trabalhos de Malinowski e de Mauss como exemplos desta avaliação. Sobre este tema, estamos partindo de algumas idéias desenvolvidas por Godelier. MALINOWSKI, Bronislaw, "Kula; the circulating exchange of valuables in the archipelagoes of Eastern New Guinea," *Man* 20 (1920); MAUSS, Marcel, "Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas," in *Sociologia e Antropologia* (São Paulo: Cosac Naify, 2003); GODELIER, Maurice, *O Enigma do Dom* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001).

No seu comércio, os homens acabavam tomando algumas posições ao longo de suas vidas. Alguns enriqueciam, muitos sobreviviam e outros se desesperavam. E aqueles que sobreviviam podiam promover certos atos que, de acordo com seu sucesso, poderia garantir o enriquecimento ou a miséria. Quanto aos enriquecidos, havia um momento em suas trajetórias que as coisas eram redefinidas. Este momento era a morte, e por diversas razões. Era neste momento, em muitos casos, que se fazia a partilha dos bens, muitas vezes através de um inventário. Era neste momento que se promovia o acerto de contas das dívidas ativas e passivas, ou ao menos se reconheciam estas transações. Também era neste momento que se faziam gastos com enterro, luto, missas e outras oferendas, assim como outros desejos expressos em eventuais testamentos, onde também se encontram, muitas vezes, acertos de contas terrenas.

O momento da partilha e da execução do testamento, contudo, é a versão mais pirotécnica, digamos assim, de um movimento maior, silencioso, que se desenrolava de forma cotidiana. A montagem de uma tropa de animais, por exemplo, era antecedida de uma acumulação de recursos, o que poderia ocorrer através de negócios vários: empréstimos, compra e venda, heranças, dotes, adiantamentos, etc. Estes recursos eram empregados em animais, em sal, aluguel de campos, contratação de peões para o custeio das bestas, impostos e na manutenção diária das necessidades dos tropeiros, especialmente alimentares. Muitos destes gastos eram pagos à vista, mas outros tantos eram fiados. A venda dos animais em Sorocaba poderia significar a obtenção de um grande valor, se bem vendidos, e este recurso seria, com o passar do tempo, usado para pagar os tributos, devolver os empréstimos (alguns com juros), e promover outras formas de circulação, como dotes ou empréstimos para outros. E tudo isso poderia levar meses, até anos.

O mesmo processo poderia ocorrer em cada safra. A maior parte das populações que habitavam as margens do caminho vivia prioritariamente da agricultura. Uma boa safra ou sua perda poderia significar um casamento bem arranjado, com um bom dote, ou a frustração. Ou ainda a falta de recursos para a montagem de uma tropa ou, quem sabe, a compra de mais animais. A própria montagem de um casal era um destes momentos. Muitas vezes era algo lento, com a união religiosa seguida da residência junto aos pais da noiva ou do noivo, para a posterior constituição de um novo fogo. Mas a união de dois grupos familiares, dos eventuais recursos do rapaz com um aguardado dote era uma forma de modificar a posição dos agentes no jogo social. E tudo isso continha sua parcela de azar. Contudo, interessam aqui, mais que o azar, os elementos sociais que orientavam o comportamento dos atores. Até porque, no mais das vezes, o azar de uns era produto da sorte de outros.

A série de dívidas, a cadeia de endividamentos que vimos, era uma forma aparente da série de eventos que formava a economia do caminho das tropas. E isso tudo poderia significar muito no cotidiano daqueles homens e mulheres, inclusive em termos de mudança de *status*, de condição jurídica ou situação econômica. O que deveria ser para um escravo poder entrar neste lento jogo tornando-se devedor de uma soma, o suficiente para a alforria ou, mais provável, um tanto que simplesmente o distinguiria da malta sem crédito algum. O mesmo pode ser dito para a *China Ana*. E tudo isso, por mais sutil que pareça, era muito em uma sociedade onde ser agregado de alguém ou receber agregados significava uma enorme distância social. E isso não significava algo apenas para os grupos mais empobrecidos. Em uma economia pouco monetarizada como esta que estamos estudando, o acesso ao numerário era um requinte que poucos agentes podiam dispor.

Quando Paulino Aires de Aguirre morreu, em 1798, tinha cerca de 7,8 contos de réis em dívidas ativas, que estavam nas mãos de mais de 400 devedores. Não sei se todas estas dívidas foram cobradas neste momento, mas acredito que não. De qualquer forma, elas foram distribuídas, junto com os outros ativos, entre os herdeiros, e agora contavam como recursos de qualidades diversas em diferentes mãos. Por mais que fossem da mesma *Casa*, talvez fosse diferente dever para Paulino e dever para Antonio Francisco de Aguiar, seu genro e um dos herdeiros, sujeito que Paulino fez incluir em sua família havia alguns anos. Mas o mais interessante não é, como já disse, o brilho deste momento de ruptura, a morte de Paulino, mas o lento e silencioso deslizamento de recursos patrocinado por ele ao longo de muitos anos para um grupo de centenas de pessoas e o quanto isso podia significar para aqueles devedores e para a produção diária das relações entre Paulino, seus interlocutores econômicos e o restante da comunidade. Talvez o dinheiro que Josefa Duarte devia em 1797, por exemplo, só pudesse ter sido obtido porque Pedro Domingos da Silva, seu credor, sabia que poderia contar com Paulino no futuro, ou talvez já tivesse contado no passado.¹⁹

A própria fortuna de Paulino, que ia muito além de suas dívidas ativas, foi em boa parte constituída por dois lucrativos negócios nos quais ele atuava: o contrato dos Meios Direitos de Curitiba e a cobrança dos Dízimos da Capitania. Deste modo, a concentração de sua riqueza estava baseada na diminuição da riqueza dos outros, e melhor, o aumento deste contrato dependia do sucesso dos negócios alheios: boas colheitas, muitas e volumosas tropas e boas criações propiciavam a concentração de recursos pelos demais agentes, com a posterior desconcentração coletiva no pagamento dos dízimos, momento em que estes recursos vertiam

¹⁹ AESP-INVC00570. Inventário de Paulino Aires de Aguirre; AESP-INVC00569. Testamento de Josefa Duarte.

para os cofres do contrato, de Paulino e seus sócios. Mas estes recursos não ficavam presos à comunidade. Boa parte deles vinha de outras áreas, trazidos pelos tropeiros ou por outros negociantes, assim como uma parte substancial seguia para os cofres de Sua Majestade, quando da arrematação dos contratos. Assim, aqueles homens e mulheres se encarregavam de concentrar e desconcentrar recursos, que de mãos de tropeiros antes endividados e então endinheirados, iam para a *Casa* de Paulino e dali para tantas outras *Casas*, inclusive a *Real*.

Algo interessante ocorreu com Escolástica Maria de Matos. Filha do rico negociante paulista Gaspar de Matos, casou-se com outro mercador, Manuel de Macedo, que se incorporou ao núcleo familiar. Mortos os dois, seus recursos concentrados ao longo de anos de comércio foram parar nas mãos de Escolástica e de sua filha Escolástica Joaquina de Macedo. Em 1775, José Vaz de Carvalho se casa com Escolástica Joaquina e passa a controlar todos aqueles recursos. Com certa ajuda de um novo aparentado, Antonio Fernandes do Vale, passa a se envolver em diversos negócios e promove, assim, uma concentração ainda maior. Não tenho registros de empréstimos feitos por Vaz de Carvalho, mas sua concentração de riqueza, somada ao crescimento de sua posição social (passando rapidamente para postos relevantes da nobreza local, como Coronel) junto de sua reputação fizeram que ao longo dos anos, ele atuasse diversas vezes como fiador. Em uma delas, particularmente, um sujeito chamado José Manuel Tavares da Cunha ficou devendo no Registro de Curitiba *com título de afilhado do Coronel José Vaz*.²⁰ Era uma forma diversas de fazer os recursos circularem. Sem querer diminuir a riqueza material de Carvalho, seus recursos relacionais eram impressionantes.²¹

Em 1779, Luis Antonio de Albuquerque comprou uma centena de potros de João Francisco de Almeida para montar uma tropa. Menos de um mês depois, ele pagava uma pequena parcela de sua dívida, mas seguia devendo 100\$000.²² Não sei quando Albuquerque pagou sua dívida. Mas sei que pagou, pois no inventário de Almeida, em 1791, o nome daquele tropeiro não aparecia. De qualquer forma, ele dispôs dos animais para poder vendê-los, provavelmente antes de pagar. E João Francisco de Almeida também contribuiu, através de outros negócios, para aquele lento movimento. Ele também outorgou recursos para outros sujeitos, como Evaristo Pinto Bandeira e Manuel José Machado. Além de dever para outros, inclusive para o Contrato dos Dízimos, o que formaria, à sua maneira, uma nova concentração de recursos para ser desfeita em concessões e empréstimos. Interessante notar que ao menos os três devedores que listei aqui tinham ligações com Curitiba: Pinto Bandeira, Machado e

²⁰ BN-II-35,25,03-023; BN-II-35,25,05.

²¹ ARAÚJO, *José Vaz de Carvalho, contratador da capitania de São Paulo*.

²² ITABPOA-006-038

Albuquerque. Chamo a atenção disso, pois o próprio Almeida era originário daquela Vila, e talvez estivesse fazendo negócios com antigos conhecidos.²³

Estes dois últimos exemplos nos lembram que para que os negócios ocorressem, era preciso que quem necessitava de recursos encontrasse quem dispunha deles e já vimos que as pessoas se inseriam socialmente através de camadas de diferentes intensidades relacionais e dependendo disso e de sua necessidade (assim como da reputação que tinham dentro destas esferas de relações) poderiam obter sucesso. Aqueles homens e mulheres, contudo, inventaram uma forma eficiente de acelerar a concentração de recursos para posterior redistribuição. Falando mais claramente: criaram uma instituição que poderia reunir recursos diversos e oferecê-los. Era o Cofre dos Órfãos. Coordenado pelo Juiz dos Órfãos, servia para guardar os valores pertencentes àquelas pessoas consideradas de menor idade (menos de 25) cujos pais haviam morrido. Em certos casos um tutor era designado para administrar os bens, em outros, os recursos iam para o Cofre.

Em Curitiba, especialmente durante a década de 1800, o Cofre funcionou plenamente, realizando diversos empréstimos ao longo do período. Vimos que Joaquim Gonçalves Guimarães obteve quase meio conto de réis no Cofre de Órfãos, da soma de quatro ativos de Órfãos, tudo em meados de 1802.²⁴ Da mesma forma, em 1786, Ana Maria de Jesus pode valer-se do Cofre obtendo 59\$175, valor proveniente dos ativos de diversos Órfãos, que somados formaram a quantia que Ana Maria necessitava.²⁵ No lado oposto, o numerário dos Órfãos de Francisco Xavier Pinto eram dispostos a João Ferreira de Oliveira em 1806, no valor de 88\$958. E não era a primeira vez que os recursos concentrados por Xavier Pinto eram distribuídos: em 1786 ele registrava duas transações, uma com animais, no valor de 1.780\$500 que havia concedido para Domingos Inácio de Araújo e outra, provavelmente de empréstimo que havia feito para Antonio dos Santos Teixeira. E não seria difícil encontrar uma série de trocas que tiveram Araújo como agente principal, o que certamente só aconteceu com a ajuda de gente como Xavier Pinto.

Ao todo, na década de 1800, o Cofre foi responsável por 33 empréstimos, feitos com os recursos de diversos órfãos, somando 3.187\$049, o segundo maior ativo em circulação na Vila, 18% dos empréstimos feitos em escrituras, patrocinando inclusive negócios que

²³ 1COAPOA-10-159; 1TABPOA-006-038; 1TABPOA-006-039. ACMPOA. Livros de Batismos de Viamão 04. Fl. 102, 147.

²⁴ 1TABCUR-027-071; 1TABCUR-027-072; 1TABCUR-027-073; 1TABCUR-027-074.

²⁵ 1TABCUR-022-056

engordariam as caixas de gente que dentro em breve poderiam retornar ao Cofre, como vimos no caso de José de Lima Pacheco. Tal instituição pode até soar como impessoal, mas não o era. Cada transação feita com dinheiro dos órfãos especificava de que órfãos provinha o dinheiro. Cada vintém estava associado à uma família. O dinheiro não era, digamos, homogeneizado e redistribuído, como se faz no atual sistema bancário, onde nunca se sabe a quem pertencia o dinheiro que tomamos emprestado. O devedor, mesmo tomando através do Cofre, sabia que a quantia era de uma pessoa em carne e osso, e sabia quem era ela.

Em meados de 1810, dois sujeitos tomaram quantias do Cofre de Curitiba. José Mendes Machado arrecadou 292\$454 e o Capitão Manuel Gonçalves Guimarães, filho do então Tenente Coronel de mesmo nome, 131\$660. A origem era a mesma: os ativos dos órfãos de Manuel Vaz Torres. Não sei ao certo para onde iam estes valores ou mesmo exatamente como Vaz Torres os havia obtido. Mas sei que este último fora muitos anos ocupado como Tesoureiro da Confraria da Senhora do Rosário dos Pretos, em São José, próximo à Curitiba e pode, em 1806, tomar uma quantia emprestada ele também. E tal como as anteriores que havia concedido a outros, esta também havia sido registrada em Cartório. E quem fiou o crédito de Manuel Vaz (mesmo sendo tesoureiro teve que apresentar fiador) foi o Tenente Coronel Manuel Gonçalves Guimarães, pai daquele que receberia os recursos dos Órfãos depois. Lentamente, os recursos deslizavam entre os agentes e acabavam voltando para as mesmas mãos.²⁶

Os cofres eram previstos nas Ordenações Filipinas, mas seu uso é desigual em todo o território luso ao longo do tempo. Em Porto Alegre e Sorocaba, há diversas referências de devedores do Cofre, ainda que isso quase não apareça nas escrituras. De qualquer maneira, tal concentração de recursos era fonte de liquidez para uma diversidade de agentes, ainda que o acesso a tal crédito fosse mediado por outros fatores. Não pude investigar profundamente como isso se dava em Curitiba, e ainda menos em Porto Alegre e Sorocaba. Para o Rio de Janeiro, Fragoso aponta um uso seletivo do Cofre, baseado nos relacionamentos dos grupos próximos ao Juiz de Órfãos.²⁷

De modo análogo ao Cofre, Irmandades e Confrarias acabavam também concentrando riqueza que poderia ser distribuída, depois, especialmente entre os membros. Em Curitiba, a Confraria do Rosário dos Pretos fez ao menos três empréstimos ao longo do período que tomei, registrados em escrituras. As Irmandades tinham função semelhante. Em Porto

²⁶ 1TABCUR-030-095; 1TABCUR-031-077; 1TABCUR-031-071

²⁷ FRAGOSO, João, *A Espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, c.1600 – c.1750)*, História (Rio de Janeiro: UFRJ (Tese apresentada ao concurso para professor titular), 2005).

Alegre, Sorocaba, Rio Grande e Rio Pardo, encontrei diversos créditos destas instituições, ainda que a maior parte fosse de dívidas relacionadas ao pagamento regular dos membros. Mas ao menos uma foi por um empréstimo a juros, em 1791 no Viamão, no valor de 366\$800, para José Borges Pinto do Azevedo. De qualquer maneira, estas instituições tinham outro objetivo, considerado mais elevado que o fornecimento de crédito, que era proporcionar ao seus membros uma filiação sobrenatural que garantiria sorte na hora do juízo da cada um, diante do perigo de uma existência breve ou longa no fogo do purgatório ou mesmo no inferno.

Paulino Aires de Aguirre aplicou mais de um conto só em oferendas e missas, fazendo circular uma grande quantidade de recursos. José Vieira Nunes também investiu quase meio conto em missas e oferendas, sendo que boa parte disso era destinada a duas irmandades das quais fazia parte. E todos estes recursos, somados às doações para obras pias e capelas, era redistribuído a uma grande quantidade de sujeitos. Há diversos casos em Curitiba, Sorocaba e Porto Alegre, de religiosos, especialmente padres, emprestando dinheiro para diversas pessoas, inclusive valores superiores a um conto de réis. Não sei se isso era feito com recursos obtidos pelos religiosos, especialmente sua cônica, ou se contavam com dinheiro das Paróquias. De qualquer maneira, os recursos circulavam. A construção de edifícios religiosos, templos, altares, sedes de irmandades, conventos e outros, era outra forma eficiente de movimentar aqueles recursos doados por gente como Paulino, tendo como destino alguns mestres pedreiros e carpinteiros, dentre outros braços, o que levava muitos anos.

A lentidão deste movimento era própria do ritmo de vida daquelas pessoas, muito relacionado à lavoura e ao próprio ciclo das tropas. Os empréstimos para tropas, por exemplo, eram muitas vezes concedidos com prazo de 18 meses, tempo considerado suficiente para a viagem, venda e retorno dos tropeiros.²⁸ Por outro lado, a própria movimentação entre as localidades, o ritmo de circulação de informações, era de um modo geral bastante lento, e poucas atividades podiam ser medidas em horas. A grande maioria das escrituras estabelece o prazo em meses ou anos, pouquíssimas em dias. E ainda podia ser pior: as missas que eram encomendadas para a salvação das almas, em alguns casos, só seriam cumpridas ao longo de meses e anos, permitindo, talvez, uma temporada maior no purgatório. Paulino Aires de Aguirre, por exemplo, deve ter esperado algum tempo para que as 1000 missas que encomendou para si fossem ditas e fizessem efeito, garantindo sua transferência para a *bem-aventurança* que esperava. É claro que os benefícios terrenos vieram antes, e foram redistribuídos entre os membros de sua família na forma de prestígio.

²⁸ 1TABPOA-011-138; 1TABPOA-012-093; 1TABCUR-022-126; 1TABCUR-030-099; 1TABPOA-008-083

Conclusão

Em primeiro lugar, cabe salientar a forma como a endogenia geográfica no acesso ao crédito, matizada pela densidade demográfica, carregava de importância os relacionamentos cotidianos (parentesco, vizinhança, amizade, contato constante) e fazia destas ligações significativos meios de acesso ao crédito. Da mesma forma, foi possível observar como havia diferentes camadas de relacionamentos, com diferentes densidades, que garantiam diferentes formas de circulação dos recursos. E circulação parece uma palavra chave: mais que a acumulação, era o movimento que permitia a viabilização dos negócios, e assim, toda aquela economia estava, neste sentido, dependente daquelas relações.

Fontes

Arquivo do CEDOPE (UFPR)

(1TABCUR) Primeiro Tabelionato de Curitiba, Arquivo Digital do CEDOPE (o número em seqüência especifica o documento, primeiro o livro, depois a nota, em ordem, dentro do livro)

Arquivo Público do Rio Grande do Sul

(1TABPOA) Primeiro Tabelionato de Porto Alegre, Arquivo Público do Rio Grande do Sul (o número em seqüência especifica o documento, primeiro o livro, depois a nota, em ordem, dentro do livro)

(1COAPOA) Primeiro Cartório de Órfãos e Ausentes de Porto Alegre, Arquivo Público do Rio Grande do Sul (o número em seqüência especifica o documento, primeiro o maço, depois o processo)

Biblioteca Nacional – Seção de Manuscritos (BN)

II-35,25,03; II-35,25,05; II-35,25, 25-27; II-35,25,17

Arquivo do Estado de São Paulo (AESP)

Inventários de Sorocaba

Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate

(AHU-SPMG) Capitania de São Paulo, Coleção Mendes Gouveia (o número em seqüência especifica o documento)

Bibliografia

- ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *José Vaz de Carvalho, contratador da capitania de São Paulo*. Simpósio de Pós-graduação em História Econômica. 2008.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho no oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1997.
- BURT, Ronald. "Bandwidth and Echo: trust, information, and gossip in social networks." In: *Networks and Markets: contributions from Economics and Sociology*, editado por CASSELLA, Alessandra & RAUCH, James. New York: Russel Sage Fundation, 2001.
- FRAGOSO, João. *À Espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, c.1600 – c.1750)*, Historia. Rio de Janeiro: UFRJ (Tese apresentada ao concurso para professor titular), 2005.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Unesp, 1997.
- GIL, Tiago. *Infiéis transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- GODELIER, Maurice. *O Enigma do Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- MALINOWSKI, Bronislaw. "Kula; the circulating exchange of valuables in the archipelagoes of Eastern New Guinea." *Man* 20 (1920): 97-105.
- MAUSS, Marcel. "Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas." In: *Sociologia e Antropologia*, editado. São Paulo: Cosac Naify, 2003.